

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

REQUERIMENTO N° , DE DE JUNHO DE 2015

(Dos Srs. SARNEY FILHO, EDMILSON RODRIGUES E IVAN VALENTE)

Requer a realização de Audiência Pública conjunta com a Comissão de Direitos Humanos e a Comissão de Legislação Participativa (CLP) para discutir o Relatório do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) que trata da violência contra os povos indígenas em 2014.

Senhor Presidente,

Requeremos a Vossa Excelência, nos termos do art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, ouvido o Plenário desta Comissão, a realização de Audiência Pública conjunta com a Comissão de Direitos Humanos e a Comissão de Legislação Participativa (CLP) para discutir o Relatório do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) que trata da violência contra os povos indígenas em 2014.

Para tanto, sugerimos que sejam convidadas as seguintes pessoas:

- Representante do Conselho Indigenista Missionário (CIMI).
- Representante do Ministério da Justiça.
- Representante da FUNAI.
- Representante indígena de Mato Grosso do Sul.
- Representante da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB).

JUSTIFICATIVA

No dia 19 de junho, na sede da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), foi lançado documento que revela a dramática situação dos indígenas brasileiros. Na forma de relatório, o documento, “Violência contra os povos indígenas no Brasil”, apresenta dados de 2014 de uma guerra declarada contra os povos indígenas.

Diz o documento, por exemplo, que o Estado brasileiro, o Executivo, Legislativo e o Judiciário, parecem empenhados em extinguir direitos indígenas conquistados ao longo da história e gerar fatos que podem levar ao extermínio desses povos. O relatório informa, por exemplo, que os 519 empreendimentos implantados ou em implantação no país afetam diretamente 437 aldeias indígenas.

A violência não é somente de ordem física. No Congresso Nacional, observa o documento, tramitam dezenas de propostas que objetivam tirar direitos indígenas, suprimir suas terras, permitir o usufruto das suas riquezas naturais por entes privados, vetar a demarcação de novas terras indígenas.

O quadro atual é de insegurança total para os indígenas, o que estimula os discursos racistas e discriminadores, a segregação social e, por fim, as agressões físicas. O relatório critica a omissão do Poder Público no cumprimento do seu dever constitucional de fazer a defesa dos povos indígenas, bem como as ações políticas ou repressivas deflagradas contra os índios. O documento cita vários casos de abuso de poder cometidos pela Polícia Federal e Polícia Militar ao lidar com a questão indígena.

De acordo com o CIMI há uma tentativa de genocídio dos povos indígenas deflagrada pelo setor privado que ambiciona tomar posse das terras indígenas, utilizando-as para a produção agropecuária ou mineração.

Como consequência deste quadro político declaradamente contrário aos direitos indígenas, a violência se manifesta nas aldeias e nas praças. Conforme o documento do CIMI, em 2014 ocorreram 248 casos de agressões aos índios, resultando em 70 mortos. O suicídio, infelizmente, tornou-se rotina: foram 135 casos somente no ano passado.

O suicídio resulta de uma série de fatores, incluindo a destruição da sua cultura e da sua cosmogonia; a destruição da identidade; falta de terra; discriminação social; baixa autoestima; falta de assistência à saúde; alcoolismo. Fatores como este e mais a falta de uma atenção à saúde fazem com que o índice de mortalidade infantil seja bastante alto entre os índios: 785 crianças morreram em 2014.

Cumprir observar que a maior parte dos assassinatos (25 de um total de 70) e dos suicídios (48 de um total de 135) se deu em Mato Grosso do Sul. A região lidera as estatísticas da violência em virtude dos muitos conflitos por terra e da vigência, em determinadas regiões, de uma cultura de ódio contra os povos indígenas. Por conta da gravidade deste caso, estamos convidando uma liderança indígena local.

A história dos povos indígenas está diretamente ligada à preservação ambiental. Alguns desses povos talvez desconheçam o termo moderno “sustentabilidade”, mas a relação todos os povos com o meio ambiente vem de milênios - é a teoria e a prática da produção sem destruição; é a preservação e o usufruto da natureza na medida certa; é a prática da sustentabilidade bem antes do termo ser cunhado.

Esta comissão, portanto, merece debater o tema porque, afinal, quem está sendo agredido são os principais defensores do meio ambiente. Trata-se de uma agressão ao ser humano e à sabedoria desses povos que tanto nos ensinam sobre os mais diversos temas. Exatamente por conta dos múltiplos aspectos da questão estamos sugerindo que o debate seja feito em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos e a Comissão de Legislação participativa (CLP).

Sala das Comissões, de junho de 2015.

DEP. SARNEY FILHO (PV/MA)

DEP. EDMILSON RODRIGUES (PSOL/PA)

DEP. IVAN VALENTE (PSOL/SP)